

INFORMATIVO ATI39

ASSESSORIA TÉCNICA INDEPENDENTE 39/NACAB
(NÚCLEO DE ASSESSORIA ÀS COMUNIDADES ATINGIDAS POR BARRAGENS)



Estado suspende processo de licenciamento para alteamento da barragem da Anglo American

Páginas 8 e 9

Nova equipe da ATI assessora pessoas atingidas que serão reassentadas

Página 3

Projetos de novos lares para os futuros reassentamentos coletivos

Página 4

Lembranças de Água Santa: Como eram as escolas na extinta comunidade

Página 12

Saberes do Rosário são reconhecidos como patrimônio cultural do Brasil

Página 14

Editorial

Conquista histórica das comunidades

Enquanto preparávamos a matéria de capa deste informativo sobre o 2º alteamento da barragem de rejeitos da Anglo American, abordando as preocupações e cobranças das comunidades atingidas, o processo de licenciamento foi suspenso. Mudamos o enfoque então para falar deste ocorrido, que se mostra uma conquista histórica das comunidades atingidas por barragens, por efetivar uma legislação que reconhece seus direitos. Estamos falando da Lei “Mar de Lama Nunca Mais”, nº 23.291, de 25/02/2019, que instituiu a Política Estadual de Segurança de Barragens. Ela rege sobre licenciamento ambiental e fiscalização de barragens de rejeitos industriais ou de mineração em Minas Gerais, de forma articulada com a Política Nacional de Segurança de Barragens.

Foi com base nessa lei que, em setembro de 2023, a Justiça de Conceição do Mato Dentro sentenciou a Anglo American a reassentar as comunidades situadas na Zona de Autossalvamento (ZAS) e proibiu o governo do estado de emitir licença ambiental para alteamentos da barragem enquanto não houver o reassentamento. A partir daí, foi estabelecido um acordo para reassentamento, assinado pela mineradora, Ministério Público, estado, municípios, comunidades atingidas e ATI Nacab.



Foi a primeira vez que a Lei “Mar de Lama Nunca Mais” foi aplicada em contexto fora de emergência ou de rompimento de barragem, determinando um reassentamento preventivo. E foi essa mesma lei que fundamentou a decisão do Tribunal de Contas do Estado (TCMG), em agosto de 2025, de determinar a suspensão do processo de licenciamento para o 2º alteamento da barragem de rejeitos da Anglo American. A análise do órgão foi que o processo de licenciamento estaria violando a referida lei, especialmente em seu artigo 12, que proíbe a concessão de quaisquer licenças ambientais para construção ou alteamento de barragens que possuem moradores na sua Zona de Autossalvamento (ZAS).



O artigo 12 da Lei Estadual nº 23.291/19, “Mar de Lama Nunca Mais”, diz: **“Fica vedada a concessão de licença ambiental para construção, instalação, ampliação ou alteamento de barragem em cujos estudos de cenários de rupturas seja identificada comunidade na zona de autossalvamento.”**

Confira nas páginas a seguir essa e outras notícias sobre as comunidades atingidas pelo Sistema Minas-Rio, apoiadas pela Assessoria Técnica Independente ATI 39 Nacab. Boa leitura!

Se você, leitor, tiver alguma sugestão de pauta ou texto para contribuir com a construção dos nossos canais de comunicação, sinta-se à vontade para compartilhar conosco. Juntos, podemos mais!

EXPEDIENTE INFORMATIVO ATI 39

EDIÇÃO 25 – 3º TRIMESTRE DE 2025

Produção: Equipe de Comunicação ATI 39 Nacab | **Edição:** Brígida Alvim | **Textos:** Patrícia Castanheira, Georgyenne Sena, Janaíne Ferraz e Silmara Filgueiras | **Diagramação:** Rodrigo Teixeira | **Revisão Jurídica:** Roberto Figueiredo | **Tiragem:** 600 exemplares

Capa: Barragem de rejeitos do Sistema Minas-Rio da Anglo American, em Conceição do Mato Dentro - MG | 2022 (Foto: Samuel Medeiros)



Acesse todas as edições do Informativo ATI 39 Nacab através do QR code

📧 @nacabmg
📘 facebook.com/nacabmg
📱 nacab
🌐 www.nacab.org.br
✉ ati39.comunicacao@nacab.org.br

Conceição do Mato Dentro (MG):
Rua Capitão Miguel Safe, 180, Centro
CEP: 35.860-000

Rua Dâmaso, 55, São Sebastião do Bom Sucesso (Sapo) | CEP: 35.862-000

Rua José Paulino, s/nº, Matozinhos
(ao lado da Casa dos Romeiros)

Durão I, Gondó (zona rural)

Casa Paroquial, distrito de Córregos

Alvorada de Minas (MG):
Rua Antônio Moura Nunes, nº 127,
centro de São José do Jassém

Viçosa (MG):
Rua Santo Antônio, 30, João Braz | CEP: 36.576-208

Equipe de Reassentamento da ATI



Fotos: Georgyanne Sena

Atividade de formação de equipes para atuação no processo de reassentamento das comunidades da ZAS e Gondó

Em maio, a ATI 39 Nacab reforçou seu quadro de trabalhadores, criando uma equipe dedicada a assessorar as famílias que serão reassentadas pela Anglo American, tanto das comunidades da Zona de Autossalvamento (ZAS), quanto de Gondó. A nova equipe conta com profissionais preparados para ouvir, orientar e acompanhar as pessoas atingidas nas negociações com a mineradora e em todas as etapas dos planos de reassentamento.

São quinze profissionais, de diversas áreas: direito; ciências sociais; arquitetura e urbanismo; engenharia civil; serviço social; psicologia; agronomia; cooperativismo; assistente de campo e motorista. Todos passaram por formação interna, junto com as equipes que já atuam nas comunidades da ZAS e Gondó. A formação integrou os colegas, contextualizou informações sobre os territórios e apresentou os planos de reassentamentos e programas da Anglo American.

“Nosso objetivo é garantir que as famílias atingidas recebam suporte técnico especializado e orientação adequada durante todo o processo. Ajudar a assegurar que os direitos das famílias sejam respeitados, que as informações sejam claras e que as negociações sejam conduzidas de forma transparente e justa. As famílias podem esperar dessa equipe um acompanhamento mais próximo, empático e técnico, com informações objetivas e atualizadas”, descreve Ana Paula Rocha, coordenadora de Reassentamento da ATI 39 Nacab.



“A ATI nos ajuda a entender melhor a negociação, ainda mais que a gente não tem conhecimento

de lei, o acompanhamento para nós é ótimo e esclarece muito. Ficou bem mais fácil para a gente, principalmente com o escritório da ATI aqui na comunidade”.

Reginaldo Pimenta dos Santos,
morador de São José do Jassém



Mais um ponto de apoio e atendimento

A ATI 39 Nacab abriu novo escritório na comunidade de São José do Jassém. O **funcionamento é de terça à quinta-feira, das 9h às 16h30** e está localizado na Rua Antônio Moura Nunes, nº 127, centro de São José do Jassém, Alvorada de Minas (próximo ao Centro de Saúde).



Construindo o futuro

Oficina participativa
organizada pela Urbco

Conforme determinação judicial e o Acordo de Mediação para Reassentamento, assinado em novembro de 2024, a mineradora Anglo American deverá reassentar aproximadamente 400 famílias que estão na Zona de Autossalvamento (ZAS) da sua barragem de rejeitos. Já na execução do Plano de Reassentamento, a mineradora apresentou, em assembleias nos dias 18 de dezembro de 2024 e 7 de maio de 2025, possíveis locais de destino.

As opções são: uma área no Tijucal para reassentamento coletivo rural em Conceição do Mato Dentro; e os terrenos A e B, respectivamente, para os reassentamentos coletivo urbano e rural em Alvorada de Minas. Após as visitas e diversos questionamentos feitos pelos moradores e respondidos pela Anglo American, elas foram aprovadas por representantes das comunidades de Passa Sete, Água Quente, São José do Jassém, Beco e demais localidades da ZAS.

A partir daí, foram iniciadas oficinas de construção participativa dos projetos dos reassentamentos coletivos (rurais e urbano) e novos lares, pela empresa de arquitetura e urbanismo Urbco, contratada pela mineradora. Nos encontros, são discutidos e apresentados às comunidades aspectos importantes dos projetos construtivos. A equipe da ATI Nacab faz análises técnicas de tudo que é apresentado e se reúne com as comunidades para debater e esclarecer dúvidas.

O desejo das pessoas atingidas é de manter seus modos de vida e produções rurais, assim como os laços familiares e de vizinhança. Nesse sentido, as oficinas da Urbco e da ATI têm sido espaços para ouvir os moradores, que conhecem profundamente seu território de origem.

A analista da ATI, Karine Santos, explica: “As oficinas participativas partem do princípio de que não se pode planejar um novo lar, uma nova forma de viver sem ouvir quem vai morar ali. A pessoa atingida olha a planta de uma casa e diz: ‘aqui cabe a minha mesa’ ou ‘essa janela precisa estar virada para o quintal’. As famílias esperam que os reassentamentos tenham mais do que melhorias técnicas, mas que reflitam seus jeitos de viver, permitam o cultivo da terra, os quintais produtivos, os espaços de convivência e descanso, a cozinha acolhedora, bem como a continuidade de saberes, práticas e rotinas que fazem parte de suas histórias”.

A elaboração participativa dos projetos dos reassentamentos está em fase final. Na penúltima rodada de oficinas, foi apresentado vídeo tridimensional dos loteamentos. Na última, as famílias puderam apontar materiais de acabamento de sua preferência. “Isso possibilitou para as comunidades uma visão mais clara e realista dos espaços e a perspectiva sobre áreas construídas; o que gerou uma expectativa de recomeço de vida”, avalia Karine.

Planos e expectativas

Sentado à sombra de uma jabuticabeira, Paulo Antônio Pacífico de Carvalho (Paulinho), conta que ele e seus familiares aguardam serem chamados para negociação com a mineradora e já escolheram o local. Querem ir para o reassentamento rural em Alvorada de Minas, para manterem o estilo de vida.

“Sair de um lugar para outro e recomeçar a vida novamente não vai ser nada fácil, pois sei que igual aqui não será. Mas essas oficinas são muito bacanas porque temos muitas expectativas e podemos opinar. Nós só queremos ter nossos direitos reconhecidos, nossos modos de vida e tradições preservados, pois esse estilo de casa aqui vem de longa geração”.

Paulo Antônio Pacífico de Carvalho, morador de Córrego do Saraiva

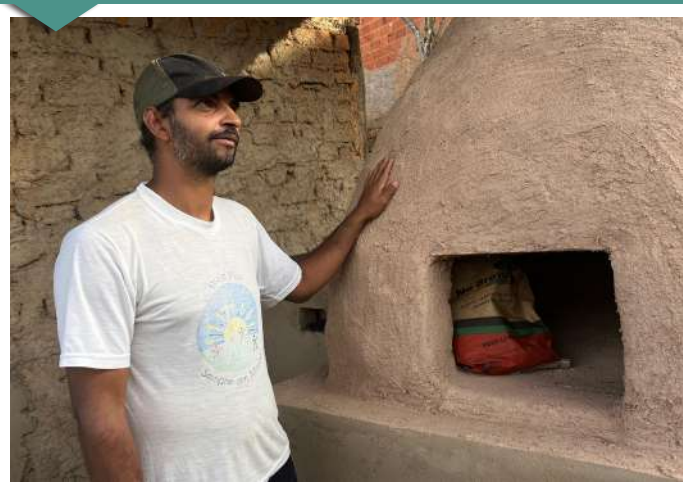


Tadeu José Alexandrino da Lomba, de São José do Jassém, espera ter seus direitos, pois lutou muito junto com sua esposa para terem o que têm. *“Tudo começou a partir do forno de barro que meu pai construiu e hoje temos nossa padaria com cozinha industrial, tudo dentro do padrão. Quero manter meu comércio no reassentamento”*, planeja. Aguardando ser chamado para negociação, ele deseja ser reassentado próximo de seus familiares, em zona rural, como considera ser sua comunidade.

“Temos muitos hábitos rurais aqui, como trocas e empréstimos de terras. Meu quintal é grande e produtivo, tenho frutas, hortaliças, galinhas. Além do consumo familiar, eu vendo aqui e nas redondezas.

Além de comerciante sou empreiteiro, construo casas. Não tenho estudo, mas tenho conhecimento sobre construção e participar das oficinas nos faz compreender como será nosso futuro lá”.

Tadeu José Alexandrino da Lomba, morador de São José do Jassém



Cecília da Silva, de 84 anos, já teve sua primeira reunião de negociação com a Anglo American, acompanhada por sua neta e pela ATI. Ela conta ter orgulho de sua comunidade, sua horta e seu quintal, mas que apesar do forte vínculo com a terra, não sairá contrariada, por acreditar ser “destino de Deus”. Ela explica que devido à idade não tem mais frequentado as reuniões sobre o reassentamento, mas confia nos profissionais, tanto da ATI que assessora as comunidades, quanto da Anglo American.

“Eu espero estar com saúde para essa mudança e que no novo lar não falte água de qualidade. Eu quero um forquinho, né? E pelo menos um lugarzinho para plantar. Olha aqui, meu pé de banana! Sei que não vou poder levar, mas olha que bonito!”.

Cecília da Silva, moradora de Córrego do Saraiva



"Amansar uma terra não é fácil"

Vista do reassentamento rural Piraquara



Você sabia?

A Anglo American considera processos de reassentamento como algo que vai além da mudança de casa: envolve desde planejar o lugar onde as famílias irão morar até a reestruturação produtiva e econômica delas. Na apresentação institucional disponível no site da mineradora, no modelo de governança para o desempenho social, chamado de *Anglo American Social Way*, **"Reassentamento é definido como o processo abrangente de planejamento e implementação da realocação de pessoas, famílias e comunidades, incluindo: compensação monetária ou em espécie por bens perdidos, recursos e inconveniências; e apoio para restauração de meios de subsistência e valorização, restabelecimento de redes sociais e restauração ou melhoria do funcionamento social da comunidade. Na prática, o reassentamento também inclui atividades destinadas a mitigar os efeitos adversos associados ao deslocamento econômico."**

Como experiência de quem passou por reassentamento, trazemos a história de **Antônio Pereira Neto (Titonho)**, ex-morador do Sapo e o primeiro a ser reassentado na Fazenda Piraquara, em 2020. Ele revela desafios que sua família teve no início, para "amansar a terra", a ausência de serviços públicos básicos e o sentimento de reconstrução da vida em um novo território.

A experiência de ser reassentado, por Antônio Pereira Neto (Titonho):

O dia da mudança

Olha, eu lembro muito bem o dia. Era abril de 2020. Eu falei: É, agora o bicho pegou! Nós dentro desse mato aqui... Quando estávamos sozinhos aqui, o pessoal da Anglo vinha quase de hora em hora, perguntando se a gente estava bem. Fomos bem tratados por eles. Aí depois vocês do Nacab começaram a vir também.

Ocupar a terra

Aqui a gente tentou plantar horta, mas ficou pesado para minha mulher e meu irmão só. Criei bezerro e matei o boi para comer. Criei porco nesse tempo e agora tem dois. Quando a gente tinha horta, não faltou muda. Agora eles não dão muda, só semente.

Significado de lar

Uai, isso aqui pra mim significa tudo. Estar dentro de uma casa que, por exemplo, não molha é bom demais. Em comparação a outras aí, aqui nunca deu uma goteira. Eu corri muito mundo antes de chegar aqui. Eu gostava muito de lá (Sapo) e passei a gostar daqui também.

Primeiros vizinhos

O primeiro morador depois de nós veio daí um ano. Depois veio o segundo, o terceiro... Aqui, foram reassentadas 14 famílias, hoje tem mais gente. Lá no Sapo, os vizinhos eram outros. Os vizinhos daqui a maioria veio de Água Quente.

O que é bom no reassentamento

Daqui eu gosto é praticamente de tudo. Pelo menos pra mim foi bom, né?! Aqui eu fico tranquilo, é perto de Conceição... Mas lá no Sapo era bom porque tinha ônibus fácil. E aqui não tem até hoje.

O que precisa melhorar

Seria bom se tivesse um lugar pra gente fazer um exercício; arrumasse a estrada; colocasse transporte e melhorasse o serviço público aqui. Um posto de saúde mesmo, faz falta. A outra dificuldade é pagar 100 conto pra ir em Conceição. Se a gente for uma vez por semana, é 400 no mês.

Um conselho para quem será reassentado

O conselho que eu dou é ir para um bom lugar. Tem que saber pra onde vai porque se for pegar um lugar igual nós aqui... uma terra pelada, né? Até acostumar aquela terra, amaciar ela, não é fácil. Lá no Sapo tinha laranja, mexerica, café e bananeira à vontade...três poços de peixe, água nascente no quintal. Viemos pra cá e não tinha nada, só braquiara. Amansar uma terra não é fácil, né?



Foto: Juliana Melo



Reunião com a Urbco sobre o projeto do espaço coletivo no Piraquara

Pendências dos reassentamentos

O bar do Titonho é o seu “cantinho preferido” no reassentamento, onde ele recebe os amigos para jogar truco, prosear e petiscar. O local também é utilizado para reuniões da comunidade e tem sido o único espaço de encontro dos vizinhos. No entanto, a criação de área de convívio comunitário nos reassentamentos faz parte das obrigações da Anglo American e tem sido cobrada pelas famílias reassentadas, tanto em Piraquara (Conceição do Mato Dentro), quanto em Simão Lavrinha (Congonhas do Norte).

Em 2023, moradores dos dois reassentamentos encaminharam ao Ministério Público denúncias de pendências, como falta de estrutura viária e de lazer, problemas de abastecimento de água, falta de escritura dos imóveis e dificuldades de acesso a serviços públicos. O MP abriu inquéritos para investigar eventuais descumprimentos de diretrizes e padrões de reassentamentos por parte da Anglo American. A partir daí, foram realizadas diversas audiências e reuniões de conciliação entre mineradora e reassentados, com assessoramento do Nacab.

Área de convívio comunitário - Essa pendência começa a ser sanada pela mineradora este ano. Entre junho e julho, a empresa de arquitetura contratada, Urbco, fez duas reuniões em cada reassentamento; uma para levantar os desejos dos moradores, outra para apresentar e aprovar os projetos, para posterior execução.

Regularização fundiária - Em junho, a mineradora convocou os moradores de Simão Lavrinha e Piraquara para assinarem documentos referentes à declaração de quitação das obrigações da empresa, via Plano de Negociação Opcional (PNO), dando início à tramitação de titularidade das terras de destino do reassentamento.

Suspensão do processo de licenciamento para ampliação da barragem



Sessão plenária do TCEMG confirma suspensão, no dia 13/08

Em agosto, o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG) suspendeu o processo de licenciamento do 2º alteamento da barragem de rejeitos da Anglo American. A decisão se baseou no artigo 12 da Lei Estadual nº 23.291/2019, “Mar de Lama Nunca Mais”, que proíbe construção ou alteamento de barragens que tenham moradores na sua Zona de Autossalvamento (ZAS). “Esse dispositivo veda, de maneira expressa, a concessão de qualquer licença ambiental — inclusive Licença Prévia — para barragens cujo cenário de rompimento inclua comunidades na ZAS. Trata-se de uma norma de caráter protetivo e preventivo, cuja função não é apenas reagir a desastres, mas evitá-los”, disse Agostinho Patrus, conselheiro e auditor do TCEMG.

A decisão proíbe qualquer ato administrativo que dê continuidade ao licenciamento ambiental até que a mineradora cumpra as exigências legais. Assim, para que o processo possa retomar seu curso, a Anglo American deverá fazer a remoção completa das comunidades residentes na ZAS, seguindo plano de reassentamento coletivo. O descumprimento da decisão implicará multa diária de 3 a 12 mil reais aos gestores estaduais responsáveis.

O pedido de medida cautelar foi feito pela deputada estadual Bella Gonçalves, indicando possíveis irregularidades no processo de licenciamento, como: desrespeito à Lei “Mar de Lama Nunca Mais”; o não reassentamento de famílias de São José do Arrudas que passariam a integrar a ZAS com o novo alteamento; fracionamento indevido do processo de licenciamento ambiental e existência de passivo socioambiental não regularizado. Ela também encaminhou requerimento, pela Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, ao órgão licenciador, Fundação Estadual de Meio Ambiente (Feam), solicitando que a Lei não fosse violada.

Em junho, a Feam respondeu que o pedido de Licença Prévia (LP) estava em fase inicial de análise e não encontrava impedimento em relação à Política Estadual de Segurança de Barragens, justificando que: *“possui natureza eminentemente declaratória, atestando a viabilidade ambiental preliminar e localização do empreendimento, sem, contudo, conferir direito à sua implantação”*. O órgão afirmou que *“uma eventual concessão da LP não expunha as comunidades da ZAS a risco imediato, pois não autoriza o início das obras de alteamento”*, e que *“o reassentamento integral será condição expressa e inequívoca para concessão da Licença de Instalação (LI)”*.

Apresentação e debate sobre o alteamento

O pedido de Licença Prévia (LP) foi feito em agosto de 2024 e nessa fase a mineradora apresentou Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) à Feam e à população dos municípios atingidos. A ATI 39 Nacab acompanhou reuniões da Anglo American com as comunidades atingidas e analisou os estudos técnicos protocolados.

Nesse período, moradores de São José do Arrudas tomaram conhecimento que faziam parte da ZAS proposta pela mineradora para o alteamento. A ATI então passou a fazer diversas reuniões e tomou providências junto às comunidades atingidas, para informar e buscar assegurar seus direitos.

Nos dias 21 e 22 de maio, a Feam fez audiências públicas em Alvorada de Minas e Conceição do Mato Dentro, respectivamente. A Anglo American apresentou o projeto; a projeção da nova mancha de inundação da barragem (caso ocorra ruptura); e estudos de impactos/danos ambientais, sociais, econômicos e culturais às comunidades e região.

O descumprimento da Lei “Mar de Lama Nunca Mais” foi fortemente apontado pelos solicitantes das audiências - Associação Coletivo Margarida Alves de Assessoria Popular, Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) e Instituto Cordilheira -, entre outras instituições, movimentos sociais, ATI e pessoas atingidas. O MP ainda ressaltou que, apesar de o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e a mineradora afirmarem que Arrudas estaria incluída no plano de reassentamento atualmente existente para a ZAS, a comunidade não participou das negociações junto com Água Quente, Passa Sete, São José do Jassém e Beco. “Desse modo, a comunidade não possui obrigatoriedade em aderir ao plano, já que no acordo ficou claro que São José do Arrudas não estava abarcada pelas condições de reassentamento, sendo que qualquer tratativa com a comunidade deveria ocorrer à parte”, disse Luiz Tarcízio Gonzaga, assessor da Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais (Cimos/MPMG).

Audiência Pública do dia 22/05,
em Conceição do Mato Dentro



“Antes de qualquer licenciamento, as famílias da ZAS deveriam ser reassentadas. Não estamos aqui para autorizar

alteamento, estamos aqui para exigir nossos direitos e sermos respeitados. A Lei Mar de Lama Nunca Mais está sendo claramente violada. Ela diz que não pode haver licenciamento com pessoas morando abaixo da barragem — e é exatamente isso que está acontecendo. A gente passa noites sem dormir, principalmente quando chove. Já houve acionamento indevido de sirenes e até o rio encheu porque soltaram água da barragem. Vivemos com medo constante.”

Elizete Pires de Sena, moradora de Passa Sete
(trecho de fala na audiência pública do dia 21/05)



“Em setembro de 2024, fomos surpreendidos por funcionários do Minas-Rio que nos informaram sobre o plano de alteamento da barragem.

Disseram que parte da comunidade do Arrudas estaria dentro da mancha da ZAS e outra parte fora. Ficamos sem chão. Falaram inclusive em separar famílias no processo de reassentamento. Estou profundamente preocupada com a discrepância entre o cálculo da mancha de inundação apresentado pela Anglo American para esse possível alteamento e os dados dos estudos técnicos. Peço que revisem esses cálculos e estudos, para garantir informações mais precisas e confiáveis.”

Ivone Maria Simões Reis, moradora de São José do Arrudas (trecho de fala na audiência pública do dia 21/05)



Foto: Silmara Filgueiras

“Água boa era a que a gente tinha”

Em visitas e reuniões da Assessoria Técnica Independente (ATI), as pessoas atingidas contam que as operações do Sistema Minas-Rio vêm modificando seus ambientes e modos de vida. Uma mudança bastante citada é a substituição de fontes hídricas naturais por poços artesianos, ocorrida devido à supressão de nascentes e cursos d'água, ou restrição de acesso a eles, pela mineradora.

A comunidade do Turco, que historicamente era abastecida pela água de nascentes da Serra do Sapo, passou por isso. A água, que antes era coletada diretamente das nascentes, abundante e integrada ao cotidiano e à cultura local; hoje é fornecida pelo Sistema de Abastecimento Coletivo (SAC), que está sob responsabilidade da Anglo American. Esse sistema é composto por dois poços de captação de água subterrânea (Poço 3 e Poço 5), uma estação de tratamento, reservatórios de armazenamento e uma rede de distribuição por tubulação. Tal medida foi exigida na condicionante 11 do licenciamento ambiental do Step 3, projeto de expansão da Serra do Sapo, concedida em janeiro de 2018.

No entanto, moradores do Turco têm desconfiança quanto à qualidade da água ofertada.

Eles relatam que, embora ela chegue às torneiras com aparência transparente, há percepções de oleosidade e viscosidade incomum, além da queima excessiva nos fundos e interiores de utensílios usados para aquecimento de água.

“O caneco que eu passo café fica escuro. Às vezes aparece uma bolinha branca no meio. Fica um óleo com cor de arco-íris, brilhando. E o gosto dessa água agora é ruim. Não adianta ela tá bonita, tá clarinha. Não tá boa. No começo, dava até coceira, alergia na pele, dor de barriga... Água boa era a que a gente tinha: a água de nascente.”

**Marli
Pereira
dos Santos,**
moradora
do Turco



Eventualmente, quando há algum problema na rede de distribuição de água, carecendo de manutenção, o abastecimento é feito por meio de caminhões-pipa. Porém, os moradores alegam que essa água chega suja, impossibilitando o consumo. *“Quando deu problema na bomba, eles trouxeram a água num caminhão-pipa. Mas a água veio suja, cheia de mato. E eles ainda diziam que a água da gente é que era suja, mas não era. Às vezes falavam que a caixa d’água que estava suja. A gente sempre cuidou, lava a caixa direitinho”*, conta Marli Pereira dos Santos, moradora do Turco.



Exemplar de caminhão-pipa que abastece a comunidade em casos de falhas na rede de distribuição de água

Monitoramento da qualidade da água

A mineradora Anglo American informa que realiza análises mensais da qualidade da água nos pontos de monitoramento da rede de distribuição e na saída do sistema de tratamento. Semestralmente, as análises são feitas na captação subterrânea e, também, na saída do sistema de abastecimento. Os resultados dessas análises são disponibilizados semestralmente para a comunidade e para a Assessoria Técnica Independente (ATI) e trimestralmente para a Vigilância Sanitária de Conceição do Mato Dentro.

Nos últimos laudos técnicos, disponibilizados em julho deste ano, a água bruta do Poço 3 (aquela que ainda não foi tratada) apresenta níveis de ferro, manganês e coliformes fecais (*Escherichia coli*) acima dos parâmetros legais. Contudo, os resultados indicam que após passar pelo processo de tratamento, a água distribuída atende aos padrões de potabilidade exigidos pela legislação, sendo considerada segura para o consumo humano.



Reservatórios de armazenamento de água do SAC

Em reunião feita no Turco no dia 4 de agosto, a pedido da comunidade, a Anglo American explicou os resultados e afirmou que investigará as possíveis causas das alterações relatadas pelos moradores. Todavia, a mineradora se antecipou, reforçando que *“águas tratadas possuem aspectos diferentes das águas de nascente, o que pode gerar percepções distintas sobre sua qualidade, mesmo quando os parâmetros legais são atendidos”*.

Durante o encontro, a ATI verificou a possibilidade de haver o fornecimento de água mineral para consumo da comunidade, ao menos enquanto durarem essas investigações. Luciana Corrêa da Mata, coordenadora de meio ambiente da Anglo American negou o pedido, justificando que: *“Tecnicamente a água fornecida está dentro dos padrões legais e as queixas estão relacionadas à percepção sensorial da água e não a riscos sanitários comprovados”*.



Reunião da comunidade Turco com a Anglo American sobre a qualidade da água do sistema de abastecimento

Lembranças de Água Santa

Trajetória do ensino

Dando continuidade ao registro das histórias de Água Santa, comunidade de Alvorada de Minas extinta com a chegada da mineração na região (para construção da barragem de rejeitos do Sistema Minas-Rio), abordamos nesta edição como funcionavam as escolas do povoado. Os relatos foram prestados por três irmãs, que foram moradoras e professoras na comunidade: Francisca Pimenta de Souza, Carmosina Evangelista de Souza Reis e Vanusa Pimenta de Souza Ferreira.

A primeira escola de Água Santa foi aberta na casa dos pais das professoras, Anésio Tibúrcio de Souza e Augusta Simões Pimenta. *“Aos 15 anos, quando completei a 8ª série, meu pai cedeu um cômodo da nossa casa para eu alfabetizar moradores de Água Santa. Quando me casei, construí uma sala de ‘pau em pé’ próxima à minha nova casa e continuei a dar minhas aulas. Durante os três anos e meio como professora tive 25 alunos, a maioria deles adultos. Tinham apenas quatro mulheres. Uns foram para outras cidades trabalhar, se casaram e construíram suas casas. Outros ficaram na comunidade mesmo. Eram trabalhadores rurais e queriam aprender a escrever o nome”,* relatou Francisca.

Tempos depois, Carmosina alugou uma pequena casa em Água Santa e abriu uma nova escola, da 1ª a 4ª série. *“A escola ficava na parte alta da comunidade, ao lado da antiga pedreira do senhor Miguel Safe. Lembro que colocamos umas tábuas altas e outras baixas, que serviam de mesas e cadeiras para os alunos. No início, só eu dava as aulas, de manhã e à tarde”,* contou Carmosina. Na época, Francisca foi trabalhar com a irmã, como servente escolar.

Com o passar dos anos, a demanda por vagas na escola foi crescendo na comunidade e Carmosina solicitou apoio à Prefeitura Municipal de

Alvorada de Minas para construir uma nova escola em um terreno cedido por seu pai Anésio. A Prefeitura construiu a escola, assumiu as despesas dos salários das professoras, serventes e dos custos para a merenda. A escola foi denominada “Escola Municipal de Água Santa”. Esta escola chegou a ter 45 alunos, na faixa etária de 7 a 12 anos. Lá também estudavam crianças da Serra de São José, Taporôco e outras localidades próximas.

“As merendas eram muito boas! A Prefeitura comprava os ingredientes e a gente fazia lá em casa, no fogão à lenha. Quando chovia, o rio enchia e tínhamos que pular sobre os galhos das árvores para passar. Da nossa casa para escola, atravessávamos três rios, dois tinham pontes e um não. Era o rio da Vargem, rio de ‘Maria de Raimundo’ e rio do ‘Fundo da Escola’”, lembram, sorridentes, Vanusa e Carmosina.



As irmãs professoras, **Vanusa e Carmosina**, que hoje trabalham em outras escolas de Alvorada de Minas



Francisca foi professora e servente em escolas de Água Santa

Fotos: Patrícia Castanheira

Festas nas Escolas

A Escola movimentava Água Santa. Quando as datas comemorativas se aproximavam, os alunos ficavam ansiosos e toda a comunidade era envolvida no preparo e realização dos festejos. “Sempre gostamos de realizar festas, desde quando a escola era na casa do meu pai. Lá fazíamos forró no terreiro, que varava a noite. Na Escola Municipal, comemorávamos os Dias dos Pais, das Mães, dos Professores e de São Sebastião. Todos os anos também tinha quadrilha e brincadeiras como quebra-cabça, pau de cebo, casamento da roça, desafios de declamações e de sanfoneiros”, conta Carmosina. Além das festas, na Escola também eram celebradas missas, toda semana, já que não havia igreja ou capela na comunidade.



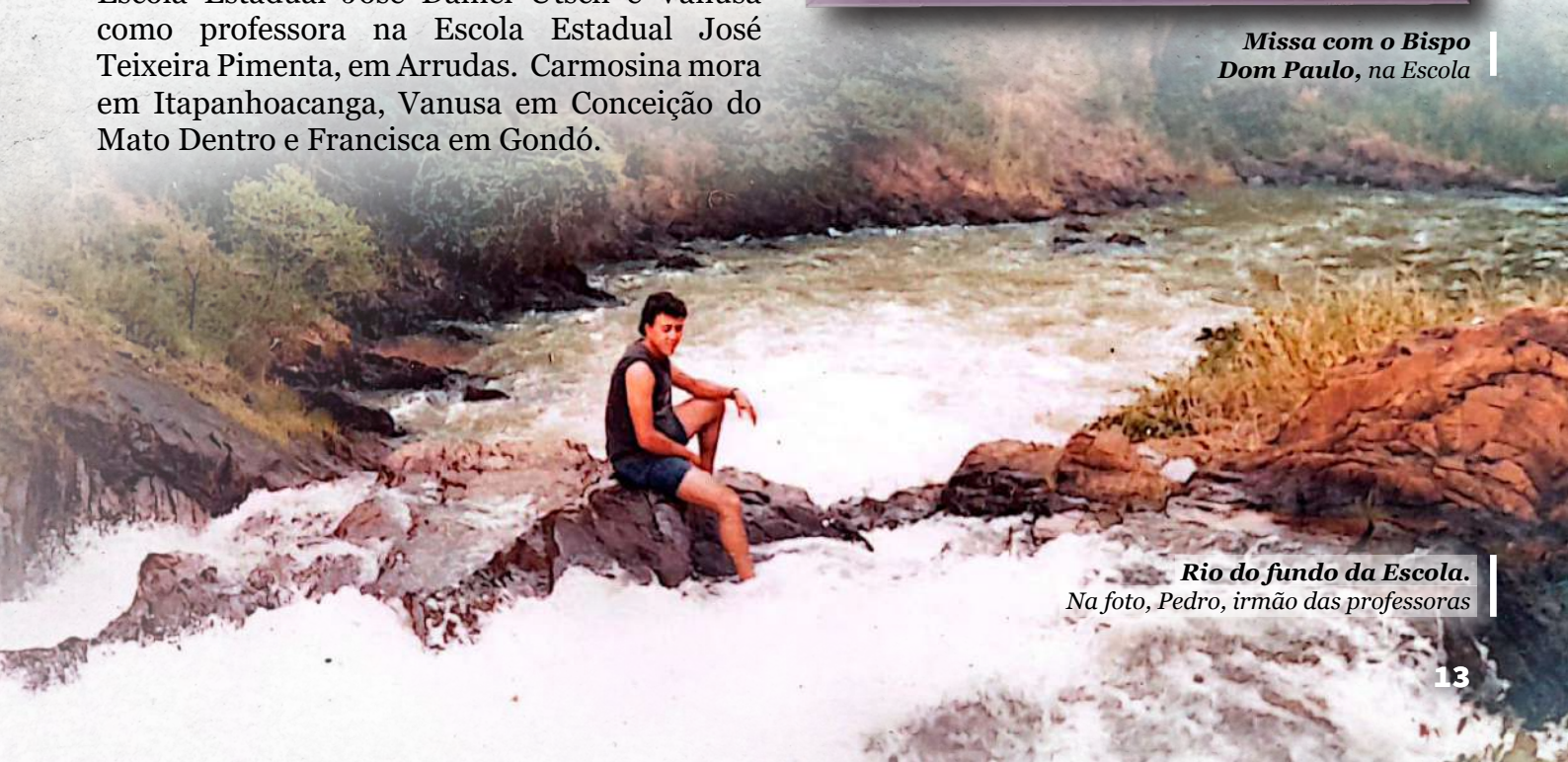
Fotos: Acervo da professora Carmosina

Alunos na Escola Municipal de Água Santa, na Festa de Nossa Senhora Aparecida, em 1998. (Esquerda para Direita: Leci, Jairon, Valdirene, Eliel, Ivanete, Eliênio, Elinéia, Carlos Alberto, Dionaine, Elcinéria, Hélio, Liliane, José Aparecido, Magno, Maria Célia, sem identificação, Vanilde e Cardinaly)



Missa com o Bispo Dom Paulo, na Escola

Em 2007, a Escola fechou, pois já havia poucos alunos. Muitos deles continuaram seus estudos em Conceição do Mato Dentro, alguns foram para Belo Horizonte e outras cidades da região. Francisca hoje está aposentada e as irmãs continuam atuando em escolas de Alvorada de Minas. Carmosina trabalha na biblioteca da Escola Estadual José Daniel Utsch e Vanusa como professora na Escola Estadual José Teixeira Pimenta, em Arrudas. Carmosina mora em Itapanhoacanga, Vanusa em Conceição do Mato Dentro e Francisca em Gondó.



Rio do fundo da Escola.
Na foto, Pedro, irmão das professoras

Galeria Cultural

Patrimônio cultural do Brasil

Congados, cabocladas e marujadas foram atrações da tradicional Festa de Nossa Senhora do Rosário de Itapanhoacanga (Alvorada de Minas), em julho, representando algumas das expressões culturais mais antigas e potentes da cultura afro-brasileira em Minas Gerais. *(fotos)*

Os “Saberes do Rosário: Reinados, Congados e Congadas” foram reconhecidos como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil, em votação unânime do Conselho Consultivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), em 17 de junho. Estão incluídos nesse reconhecimento congados, catopês, marujos, caboclos, tamborzeiros, moçambiques, pifeiros e outros grupos/rituais que louvam o Rosário com canto, ritmo e dança. O título reafirma o valor dos saberes e das memórias coletivas afro-brasileiras que resistem ao tempo e às transformações sociais. A conquista fortalece a luta pela preservação da memória, da fé e da identidade cultural dos povos tradicionais.

 Registro fotográfico: *Janaíne Ferraz*

Cadastro de Congados e Reinados



Essas manifestações também são Patrimônio Cultural de Minas Gerais, desde agosto de 2024, por aprovação do Conselho Estadual do Patrimônio Cultural (Conep). Para mapear os grupos mineiros, o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha) disponibiliza formulário de cadastro para Congados e Reinados. Os dados vão para o Registro do Patrimônio Cultural Imaterial de Minas Gerais.

Faz parte de algum grupo? >
Acesse aqui o formulário:



A música está aí!

Valter Lúcio Alves Ribeiro (Valtinho), morador de Córregos, em Conceição do Mato Dentro, acredita que “a música faz diferença na vida das pessoas. Todo mundo quer ouvir”.

Ele conta que é músico há pelo menos cinquenta anos e já participou de projetos, deu aulas, liderou a Banda Nossa Senhora Aparecida de Córregos e fez apresentações em diversos eventos. Também compôs melodias, como o dobrado “Aniversário de Mauri” e o hino da comunidade.

Valtinho ensina e toca violão, saxofone e instrumentos de percussão. ***“Eu comecei menino, aprendi com meu tio Belarmino Rocha, que dava aula de música para crianças. Entrei na banda Nossa Senhora Aparecida e fiquei. Tarol foi o primeiro instrumento que aprendi a tocar. A música é uma arte de manifestar os diversos afetos por meio do som. Afeta nossa alma por meio do som, né?! A gente gosta de ouvir. A música está aí!”***, conta.

Valtinho conta que apesar de gerar tantos benefícios, muitas das vezes os músicos não são remunerados. ***“A gente trabalha mais como voluntário, mas tem que estar sempre aprendendo, ficar por conta, ter gastos com instrumentos... São esses os desafios”***.



Registro fotográfico: Silmara Filgueiras



< Ouça aqui o hino
de Córregos!



Passatempo

VAMOS COLORIR?!



< Tá Caindo Fulô - Cantiga popular entoada
pelos congadeiros | Interpretação: Barbatuques

Assessoria
Técnica
Independente
ATI 39

NACAB
NÚCLEO DE ASSESSORIA
ÀS COMUNIDADES ATINGIDAS
POR BARRAGENS